



A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO COOPERATIVISMO NO MUNDO

THE HISTORICAL EVOLUTION OF COOPERATIVISM IN THE WORLD

Eduardo Dalcin Castilha*

RESUMO

O objetivo deste artigo foi o descrever a construção histórica do cooperativismo que ocupa um lugar de destaque na atualidade. Em seu caráter de entidades socioeconômicas, que satisfazem diversas necessidades de seus associados mediante serviços de distribuição, colocação da produção e de trabalho, as cooperativas são atualmente apreciadas em todos os quadrantes do mundo. As cooperativas têm demonstrado ser, efetivamente, formas construtivas de proteção, defesa ou reação, capaz de multiplicar sua ação através dos esforços em coalizão de pessoas, sendo eficazes instrumentos contra a intermediação supérflua, os monopólios e outras manifestações de caráter especulativo e aptas para preservar a solidariedade, igualdade, justiça, equidade e liberdade. Assim sendo, este artigo abrange contribuições que cientistas e historiadores emprestam à literatura principalmente internacional sobre o cooperativismo.

Palavras-chave: Associação; Cooperativismo; Histórico; Igualdade.

ABSTRACT

The purpose of this article was to describe the historical construction cooperativism that occupies a prominent place in the present time. In their character as socio-economic entities, which satisfy diverse needs of their associates through distribution services, production placement and work, cooperatives are currently appreciated in all quarters of the world. Cooperatives have proved to be constructive forms of protection, defense or reaction, capable of multiplying their action through the coalition of people, and are effective instruments against superfluous intermediation, monopolies and other manifestations of a speculative character and capable of preserving solidarity, equality, justice, equity and freedom. Thus, this article covers contributions that scientists and historians lend to the mainly international literature on cooperativism.

Keywords: Association; Cooperativism; History; Equality.

* Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: eduardo.castilha@unila.edu.br.



1. Introdução

Na atualidade as pessoas em praticamente todos os países têm se beneficiado com as cooperativas. Elas se beneficiaram sob todos os tipos de governos, em todos os tipos de economia e dentro de todas as divisões (sexo, raça, religião e cultura) que caracterizam a condição humana. Na verdade, existem poucos limites ao que as pessoas podem realizar quando trabalham juntas para benefício mútuo. As realizações passadas do Movimento Cooperativo Internacional demonstram esta verdade simples.

Diversas sociedades formaram as primeiras tradições cooperativas contínuas e organizadas na Europa, durante os tumultuosos anos de 1840 quando a mudança industrial e urbana estava transformando radicalmente a maneira como muitos viviam. Nas cidades industriais, as pessoas estavam confrontando uma transferência social em favelas que criou condições de vida nunca vivenciada pelas gerações anteriores. Trabalhadores foram alienados de seu trabalho, a vida familiar foi despedaçada e os requisitos básicos de sobrevivência – comida, habitação, emprego – estavam em risco constante. No início, somente poucas pessoas conseguiram ver como as cooperativas poderiam melhorar condições tão deploráveis; antes do final do século, centenas de milhares haviam percebido as possibilidades.

A cooperação em sentido amplo, surgiu na sua forma mais elementar no preciso momento em que o homem ao compreender a precariedade de suas ações isoladas e distintas entre si e na busca por elementos indispensáveis à satisfação de suas necessidades procurou a colaboração de um semelhante para, juntos, enfrentarem as dificuldades, empregando métodos diversos e desconhecidos para realizarem, dessa forma, o benefício comum.

A história do Movimento Cooperativo é também a História da Cooperação, porquanto, naturalmente, a ideia precedeu ao movimento em muitos milhares de anos. Os incrédulos nunca se convenciam da verdade desta afirmação, porém atualmente se pode afirmar, com certeza, de que a ideia da cooperação e do próprio cooperativismo não apenas é tão antiga como a humanidade, senão quicá mais antiga ainda. Assim, reportando-se aos primeiros aglomerados humanos, encontrar-se-ão, no período do próprio “nomadismo”, nuances mais ou menos imprecisas, mas bastante indicadoras da cooperação pela ajuda mútua que se prestava no pastoreio e o auxílio recíproco, bem como no cultivo das primeiras lavouras. Portanto, pode-se afirmar que a história do cooperativismo é a própria história da humanidade.

2. O Cooperativismo na História: Idade Antiga

Na Grécia de beleza imperecível, este sentimento de mútuo auxílio agrupa a todos aqueles que, presas das agruras do cotidiano, premidos pelas contingências



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

da luta pela manutenção material, aspiravam a um melhor padrão de vida, com uma parcela maior de bem-estar e um lugar justo e condigno ao sol.

Na Grécia Antiga (LUZ FILHO, 1960, p. 23), quase todas as pessoas das classes média e baixa faziam parte de associações de cunho cooperativo. É de se ressaltar, que das associações denominadas “Orglonas” e “Tiasas”, que se formavam para garantir aos seus membros enterros e sepulturas decentes, nasceram as associações com fins profissionais e econômicos. Nelas figuravam cidadãos livres, escravos e até estrangeiros. A parte executiva da administração cabia a um indivíduo denominado “arquimista”. Esta, talvez, seja uma das primeiras experiências de cunho cooperativo que a história do homem registra.

2.1 Idade Média

No decurso desse período da história que se define por Idade Média (Séculos V a XV), se evidenciaram, nos ambientes rurais e nos urbanos da Europa, bem como entre as civilizações autóctones das Américas, atividades e sistemas de organização que possuíam diversos caracteres cooperativistas.

Na Idade Média estabeleceram-se aldeias e populações nos principais pontos de entroncamento das rotas comerciais e de comunicação. Essas populações foram crescendo em conseqüência do resultado de posturas radicais ocorridas tanto no campo social como no econômico. Internamente, estas comunas, cerradas de um modo geral dentro das muralhas fortificadas, foram gradualmente ganhando uma conotação de caráter urbano, convertendo-se em excelentes centros de cultura, das artes e da criação em geral. São, portanto, inúmeros os exemplos de cooperação neste período.

Em regiões correspondentes à França, Itália ou Suíça, sobretudo na Região dos Alpes, e também na Inglaterra, os camponeses se agrupavam para realizar coletivamente a transformação e algumas vezes a venda da produção leiteira. Particularmente na França, são constituídas no Século XII ou XIII as “Frutiéres”, que conservam esta mesma denominação até a presente data, pela constituição de queijarias cooperativas; nas Regiões de Jura e de Sabóia, a fabricação em comum de queijos se impõe por motivos técnicos, pois os queijos do tipo Gruyère, ali elaborados, possuem enormes dimensões e necessitam da produção leiteira de um considerável número de propriedades pequenas.

Os queijos produzidos são divididos entre os camponeses na proporção do número de seus animais e é distribuído em igual proporção o dinheiro proveniente da venda dos produtos que excedem às necessidades do consumo destes mesmos camponeses. O exemplo mais célebre é o da “Lês Frutiére du Jura”. Também nas primitivas granjas dinamarquesas e nas comunas suecas são aplicadas as mesmas práticas tradicionais encontradas nas regiões francesas.

Entre os povos eslavos encontram-se interessantes formas de comunidades agrárias, tais como a “Zadruga” sérvia e o “Mir” russo, podendo ainda citar como



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

exemplo mais concreto o “Artel”, também russo, cujas características em muito se aproximam das modernas cooperativas de trabalho.

A “Zadruga” é o nome com que se designa a grande família sérvia, ou seja, a agrupação igualitária que elege seu chefe e explora um patrimônio em comum (atualmente na Ex-Iugoslávia as cooperativas recebem a denominação de “Zadrugas”). O “Mir” russo é uma comunidade de camponeses que habitavam as terras pertencentes a um senhor feudal e pagavam um tributo coletivo ao Estado pelo uso fruído desta área. Atualmente, com o aparecimento da Federação Russa, a maioria dessas comunidades camponesas ganhou uma relativa autonomia. O Artel, nome dado na Rússia às associações de trabalhadores independentes surgidas, aproximadamente pelos idos do Século XIV, os quais abrangiam principalmente os pescadores, lenhadores, bem como outros trabalhadores, que elegia seu próprio chefe, contrata coletivamente a realização de diversas tarefas, bem como organizava em comum tanto o trabalho quanto à distribuição dos ingressos obtidos.

As populações vão crescendo e o ritmo das novas condições socioeconômicas se concentra cada vez mais nas cidades, onde a classe média, representada pelos artesãos e comerciantes, passa a se organizar em “Gildas” ou “Corporaciones”, que se constituem em instituições com certos traços de semelhança de que se revestem atualmente os sindicatos e cooperativas.

As “Gildas” ou “Corporaciones” possuíam um espírito marcadamente protecionista, bem como defendiam seus membros tanto da concorrência externa quanto de seus colegas. Para tanto, fechavam o mercado urbano impedindo a entrada de produtos externos e concomitantemente adotavam regulamentações bem minuciosas a respeito das categorias de trabalhadores, dos preços, dos salários, do horário de trabalho, das ferramentas e técnicas de produção, chegando inclusive, estabelecer uma ordem econômica igualitária. As “Guildas” também representavam, perante as autoridades, os respectivos grupos de artesãos e comerciantes, bem como desenvolveram importantes atividades de ajuda mútua entre os membros baseados na irmandade, arbitravam em seus conflitos internos e em alguns casos chegavam a realizar tarefas de venda e compra em comum dos produtos e matérias-primas requeridas.

Sem dúvida alguns tratadistas exageraram ao afirmar que as atuais cooperativas são derivadas destas antigas experiências. Por outro lado, as “Corporaciones” desempenhavam uma função predominantemente de defesa profissional e as cooperativas se diferenciavam destas por exigirem filiação obrigatória, além de compreenderem ampla igualdade quanto aos aspectos políticos e religiosos. Entretanto, tais “Corporaciones” constituíram-se evidentemente numa importante manifestação pré-cooperativa, além de desenvolverem interessantes práticas de autogoverno e de ajuda mútua em matéria econômico-social.

Dessa forma, são também incontestáveis os acontecimentos no meio urbano no mundo que direta ou indiretamente deram origem ao Movimento Cooperativista. Para o estudo aqui desenvolvido, foram destacadas as atividades dos Monastérios



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Cristãos, bem como as experiências hispano-americanas que refletem, adequadamente, um pioneirismo em relação à ação cooperativa.

Alguns dos “Monastérios Cristãos” que floresceram na Idade Média, constituíram, do ponto de vista econômico, um tipo particular de cooperativas integrais ou comunidades auto-suficientes, tanto no que concerne às atividades de produção como nas de consumo. Estas comunidades religiosas se mantinham em virtude do trabalho de seus membros tanto no setor primário como nas oficinas. Os Monastérios que tinham assumido uma importância econômica, com suas riquezas constantemente aumentadas, acabaram por produzir conflitos de interesse entre seus membros, derivados do costume de relacionar classes de prestígio com as atribuições entre os irmãos. Com isso, ao final da Idade Média, não obstante toda sua incontestável importância como agente cultural e colonizador do desenvolvimento na Europa, os Monastérios foram cada vez mais se convertendo em uma instituição com tamanhas desigualdades e disputas de ambições materiais, que sem sombra de dúvida nela dizimam-se gradualmente todos os vestígios do cooperativismo, que inicialmente pudessem ter existido.

2.2 Na Idade Moderna

No período compreendido entre os Séculos XVI e XVII, particularmente revelam-se na Europa as obras de uma série de filósofos e economistas que procuram remediar os graves males das organizações sócio-econômicas da época. Seus pequenos romances e outros escritos de cunho social descrevem minuciosamente novos tipos de comunidade, melhor organizadas, bem como proponham originais conceitos sobre governo, propriedade privada, trabalho, família e educação. Dentre essas obras destacam-se “A República” de Platão (428-347 a. C.), “Utopia” de Thomas Moro (1478-1535), “A Cidade do Sol” de Tommaso Campanella (1568-1639), “A Nova Atlântida” de Francis Bacon (1561-1626) além do “Novo Testamento”.

As idéias desses filósofos, muitas vezes singulares ou estranhas, porém sempre inspiradas na nobre ambição de obter um melhoramento das condições gerais de vida humana, e que também de alguma maneira influenciaram, na Idade moderna dois significativos movimentos da História Universal: “as Colônias Religiosas” e as “Missões Jesuíticas”. Colônias de Cunho Religioso - Tanto as inquietudes espirituais quanto a intolerância e as perseguições religiosas da época estimularam alguns grupos religiosos a organizar colônias com economia coletiva em diversas regiões dos continentes europeu e americano, as quais deram início a movimentos religiosos com conotações cooperativistas.

Essas colônias constituíram-se principalmente entre os Séculos XVII e XVIII, sendo que também são encontradas manifestações deste quilate anterior e posteriormente a esse período. Assim, valem, neste estudo, as seguintes colônias:



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

- De “Amaná”, estabelecida inicialmente na Província Alemã de Hesse (1714) e posteriormente em Bufallo (1843) e em Iowa (1855) nos Estados Unidos da América; de “Ephrata”, fundada pelos “Dunkers” em território alemão (1734); - dos “Anabaptistas”, fundadas na Bohemia (1529) e a dos “Huterianos” estabelecida na Moravia (1526), que emigraram séculos depois para a Região de Dakota do Sul (1871) nos Estados Unidos da América;
- Dos “Mother Ann Lee”, dos “Shakers” ingleses (1776);
- Dos “Rappitas”, que se agrupavam em território alemão (1787) e posteriormente na Região de Indiana, nos Estados Unidos da América, onde fundaram a Colônia “New Harmony” (1805); e
- E por último da seita russa dos “Dujobors” ou “Ducobors” que imigraram para os Estados Unidos da América e Canadá.

As colônias aqui mencionadas chegaram a constituir o número aproximado de duzentas e cinquenta a trezentas aldeias coletivas, porém, várias destas conseguiram manter-se por algumas gerações até declinarem. Apenas um reduzido número ainda perdura atualmente. Suas realizações geralmente foram limitadas a pequenos núcleos sem exercerem uma imediata importância, porém tiveram indubitavelmente influência sobre o ideário de Owen, Fourier, e outros precursores do cooperativismo moderno, que intentaram durante o Século XIX também a organização de colônias cujo caráter era social e não religioso.

Ao contrário do movimento anterior, as Missões Jesuíticas, são abundantemente exploradas pela literatura, por essa razão não se pode deixar de mencioná-la, e com destaque, num estudo como este. Elas se desenvolveram na América Latina durante os Séculos XVII e XVIII (até a expulsão dos jesuítas, decretada por Carlos III em 22 de março de 1767), numa área de quase meio milhão de quilômetros quadrados, o qual abrangia parte do Uruguai, do Brasil, da Argentina e do Paraguai, habitada pelos “Povos Guaranis”, onde os jesuítas empreenderam o que hoje se conhece por “República dos Guaranis”.

Estas terras eram indivisíveis. O gado comum. Em cada Missão, a propriedade coletiva do solo e dos animais de criação possibilitou a reserva de campos e pastagens para bois, ovelhas e cavalos e para a policultura (pomares, hortas, parreiras, plantações de erva-mate, de fumo, de trigo, de arroz, de cana-de-açúcar, de algodão e de espécies aromáticas para a produção de perfumes). Além da agricultura e da pecuária, florescia também o artesanato. Fabricavam-se tecidos e móveis, montavam-se e produziam-se relógios e carrilhões, trabalhavam-se imagens de santos, construíram-se igrejas, fundiam-se e forjavam-se metais, movimentavam-se prelos, fazia-se vinho.

Em casa, as mulheres fiavam e teciam lã e algodão, enquanto os homens partiam em bandos, entoando canções, para a faina nos campos, que não excedia seis horas a jornada de trabalho, com duas de intervalo para o almoço e a sesta. O



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

dinheiro não intervinha nas transações internas, nem em pagamento de serviços prestados à comunidade. Cada chefe de família recebia víveres e artigos de acordo com as necessidades de todo o grupo familiar. Inevitavelmente, o tempo e o lugar fizeram com que esta “República Modelo” contrariasse as ambições dos colonos espanhóis e se visse envolvida nas disputas na América entre Portugal e Espanha. Nascidas, ostensivamente, para implantar as reiteradas declarações reais em favor da liberdade do gentio, as missões deviam servir também de anteparo à expansão territorial dos portugueses vindos do Brasil (paulistas e mamelucos).

Os ideólogos da “República Cooperativa dos Guaranis” foram dois padres jesuítas de origem italiana de nome José Cataldino e Simon Mazeta, que fundaram a primeira “Redução”, a qual denominaram de Nossa Senhora de Loreto, nos primeiros dias de julho de 1610. Assim, através de transplante ideológico (Ato dos Apóstolos, Utopia, Cidade do Sol), os padres jesuítas promoveram esta experiência comunitária e de colonização com características muito específicas, resultado também da combinação entre a direção teocrática dos sacerdotes com diversos caracteres igualitários dos nativos, tais como: “Abambaé” (propriedade privada) e o “Tupambaé” (propriedade coletiva), além da preocupação com a elevação espiritual e material das populações autóctones.

Não se pode classificar a “República Guarani” como uma tentativa artificial e frágil dos idealistas religiosos e leigos. Embora todo este promissor surto de autêntico desenvolvimento integral fosse bruscamente sustado da face da vida harmoniosa e próspera, não por causa dos obstáculos internos. A “República Guarani” sucumbiu devido à ganância dos interesses das forças dominantes nas metrópoles europeias (Espanha e Portugal), bem como devido à pressão e à hostilidade do mundo colonial coligado contra ela. Com efeito, pelo Tratado de Madrid (13 de janeiro de 1750), as Cortes de Espanha e Portugal simplesmente decretaram que os índios deveriam evacuar suas reduções.

Parece que um dos principais motivos do verdadeiro complô pactuado pelos poderosos da época contra essa exitosa experiência foi o equívoco estratégico de terem iniciado a exportação de seus excedentes gerados, mormente couro, sebo, e erva-mate e outros produtos muito procurados pelo comércio europeu. Tais exportações, resultado do trabalho comunitário – cooperativo, (mormente do setor das estâncias e vacarias totalmente socializadas), bem como do “Tupambaé”, se processava via Rio da Prata normalmente e aguçou a atenção dos donos do comércio internacional e dos incipientes capitalistas da época, já que essa riqueza estava sendo gerada por índios tidos até então como indolentes e incapazes, um novo sistema de produção, o qual punha em “cheque” os valores capitalistas, (propriedade individual dos meios de produção, jogo da livre iniciativa e concorrência, o lucro como motor essencial da economia e a divisão de classes entre os donos do capital e do trabalho).

Tal não podia continuar de jeito nenhum. Por isso, decretaram a sua destruição, cabia dismantelar esta nova forma de produção e de vida antes que



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

fosse tarde, porquanto o sistema vigente no mundo dominante estava sendo posto em xeque. Por outro lado, o desmantelamento das Reduções deu-se com extremos de crueldade e de injustiça. Restam hoje, apenas, ruínas da inédita civilização cooperativa, cujas raízes ainda podem medrar.

Contudo, inquestionavelmente, as Reduções Jesuíticas foram um marcante exemplo de vida comunitária associada que pode servir, em muitos aspectos, como uma nova alternativa tanto para o cooperativismo como para a sociedade em geral.

3. Precusores do Cooperativismo no Mundo

As atuais doutrinas socioeconômicas encontram-se duplamente interligadas: por sua origem e por seus objetivos. Inicialmente por suas origens como ramos de um mesmo tronco e, em segundo lugar, pela semelhança de seus objetivos, já que tentam impulsionar um movimento de translação de uma economia predominantemente de lucro para uma economia predominantemente de serviço.

O movimento de translação hoje é uma necessidade humana fundamental já reconhecida, porém já em vias de satisfação, ao levar em consideração o mais vasto de todos os movimentos populares, qual seja: o “setor cooperativo”, por suas legítimas aspirações, pelo número e universalidade dos elementos que agrupa, bem como por sua extensão em termos geográficos. Nesta conjuntura, a cooperação afirma-se, simultaneamente, como uma doutrina social e como um sistema de atividades econômicas. Assim, este movimento dispõe de um conjunto de princípios, regras e comportamentos, a mercê dos quais o homem pode ascender no plano social, político-cultural e econômico.

As ideias cooperativas, tateantes e inseguras no último terço do Século XVIII e início do Século XIX se corporificam como doutrina e se introduziram como fonte de comportamento socioeconômico nas relações humanas associadas a partir da materialização da Cooperativa dos Pobros Pioneiros de Rochdale (21 de dezembro de 1844).

A cooperação moderna, especialmente a cooperação industrial e a sociedade pelo estabelecimento em regime baseado em associações da caráter econômico a bem dos interesses comuns têm por fundamento Doutrinal os “Utopistas” que, depois da segunda metade do Século XV até meados do Século XVII, escreveram alguns romances sociais. Nestes, encontra-se a descrição de futuras sociedades constituídas de maneira racional, e isentas dos defeitos da atual. Neste estilo encontram-se: “Utopia”, de Thomas Moro (1448-1535); “A Cidade do Sol”, de Tommaso Campanella (1568-1639); “A República” de Platão (428-347 a. C.) e a “Nova Atlântida”, de Francis Bacon (1561-1626).

Essas utopias podem ser consideradas, sob certos pontos de vista, como os “pródromos” das concepções cooperativas que se encontram nos pensadores da época moderna, surgidos tanto na Inglaterra como na França, países pioneiros do progresso intelectual e do desenvolvimento industrial da época moderna.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Nas obras desses utopistas, encontram-se novos tipos de comunidades melhor organizadas e com conceitos originais acerca de governo, de propriedade privada, de trabalho, de família e de educação. Estas idéias, sempre inspiradas na altruística ambição de obter um melhoramento das condições gerais de vida, vieram posteriormente sensibilizar sobremaneira as idéias do Conde de Saint-Simon (1760-1825); Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837); Philippe Buchez (1796-1865), e muitos outros precursores do Ideário Cooperativista.

3.1 Robert Owen (1771-1858)

Considerado o “Pai do Cooperativismo Inglês” como também “Pai do Cooperativismo Moderno”. Alguns dos epítetos a ele atribuídos mostram certas características de suas ideias: “Filantropo Louco”, “Industrial Revolucionário” e “Revolucionário Perigoso”.

Uma larga vida, pródiga tanto em ideias como em realizações práticas foi a desse britânico, filho de modesto artesão de Gales, que se iniciou como aprendiz de indústria, porém rapidamente escalou posições até converter-se em um forte industrial têxtil. Suas preocupações sociais o induziram a levar a cabo uma obra ampla e multifacetária.

Através dela, Owen adiantou-se indubitavelmente na sua época, marcando novos rumos sociais, econômicos, políticos, trabalhistas e educacionais. Por esta razão é importante mostrar aqui, a obra desse filósofo destacando-se os seguintes aspectos de sua atuação.

Em sua indústria têxtil, localizada em New Lanark (Escócia), Owen colocou em prática uma série de medidas com o objetivo de beneficiar os trabalhadores, bem como aliviar as condições de trabalho pelas quais os mesmos eram subjugados naqueles primeiros anos da Revolução Industrial. Buscava assim o melhoramento das condições de trabalho e sugeriu uma legislação trabalhista. Especificamente dentre suas inovações cabe citar:

- Redução da jornada de trabalho;
- Deixou de empregar menores de dez anos;
- Criação de escolas gratuitas para crianças;
- Abolição do sistema de multas aos operários;
- Concessão de habitações condignas;
- Organização de refeitórios coletivos para os empregados; e
- Organização de caixas de poupança.

Além dessas experiências desenvolvidas em sua indústria, Owen também tentou influenciar alguns industriais de sua época, para que os mesmos aplicassem medidas semelhantes, a partir de seus experimentos. Utilizava como argumento o êxito econômico advindo de suas inovações. Por tudo isso, é por muitos considerado um dos iniciadores das obras sociais de inspiração patronal (paternalista), dos sistemas de proteção social e da legislação trabalhista.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Profundamente impressionado com as consequências da crise econômica de 1815, e, por outro lado, convencido de que a associação de diversos núcleos de pessoas em colônias autossuficientes, haveria de proporcionar uma solução aos problemas, fez com que Robert Owen investisse grande soma de sua fortuna na organização de Colônias Autônomas em que adotou as seguintes posturas:

- Em 1813, converteu sua indústria “New Lanark Twist Co” em um tipo de empresa comunitária, cujo capital investido só receberia cinco (5%) por cento de interesse por ano, enquanto o restante passaria a fundo de reservas com o objetivo de ser aplicado em favor dos trabalhadores e do público em geral; na década seguinte, no estado norte-americano de Indiana, estabeleceu-se uma colônia denominada “New Harmony” que foi a primeira comuna agrícola moderna, baseada puramente nos princípios socialistas. Embora tendo vida efêmera (somente dois anos), esta experiência influenciou no aparecimento de outras organizações similares no México, na Inglaterra e na Irlanda. Esta não foi muito bem sucedida devido à heterogeneidade de seus participantes;
- Preconizava a propriedade coletiva dos bens como remuneração de acordo com as necessidades de cada um, bem como a absoluta igualdade de seus componentes, para que desaparecesse a hierarquia entre governantes e governados;
- Em relação ao setor educacional, que para ele tinha por objetivo o desenvolvimento físico e a formação moral dos menores;
- Owen afirmava que: “a educação seria a pedra filosófica que poderia transformar o comportamento existencial da sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos”.
- Assim sendo, criou escolas elementares ou fundamentais para os menores de catorze (14) anos e escolas politécnicas para os que estavam acima desta idade; e
- Admitia que as comunidades integrais podiam especializar-se na produção agrícola ou industrial com o objetivo de, em médio prazo, intercambiar os artigos pelas mesmas.

Decidido então a atuar dentro do meio sócio-econômico existente, Robert Owen dedicou-se também à organização de estabelecimentos para o intercâmbio do trabalho, ao conceber em Londres uma nova instituição, a qual denominou “National Equitable Labour Exchanges” (Armazéns de Troca ou Bolsa de Intercâmbio de Trabalho), com o objetivo de alcançar a supressão da ganância do lucro e atenuar a concorrência e afirmava que o “preço de custo” determinado pelo trabalho constituiu-se no “justo preço”. Em sua Bolsa de Intercâmbio do Trabalho, os associados entregavam seus produtos e em contrapartida recebiam “Bônus de Trabalho” ou “Senhas de Trabalho” correspondentes, em valor, ao número de horas despendidas



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

na produção do bem. Mediante estas senhas, os associados podiam adquirir outros produtos que haviam demandado trabalho equivalente.

Esta instituição foi efêmera, cujo período se deu de 1832 a 1834. Os associados (provavelmente artesãos, pois são os assalariados não donos do produto de seu trabalho e não podem para tanto vendê-los) sabiam supervalorizar o trabalho empregado na elaboração de seus próprios produtos.

Assim, muitos sócios aportavam objetos retiravam produtos de qualidade, os quais, imediatamente, eram vendidos fora da instituição. Vários associados ao receberem suas “Senhas de Trabalho” transferíveis em pagamento de suas próprias mercadorias adquiriram, mediante estes “Bônus”, os melhores produtos armazenados na “Bolsa de Intercâmbio do Trabalho”, negando-se por outro lado a receber outros “Bônus”. Com o passar do tempo este “Armazém de Trocas” estava abarrotado.

Outra contribuição que Robert Owen não conseguiu levar a cabo, foi a “Association of All Classes of Nations” (Associação de todas as Classes de todas as Nações), que fundou em Londres, em 1835, para a propagação de suas ideias. Essa associação foi constituída somente entre ingleses e compreendia uma seção para negócios internos e outra para negócios externos, com uma instituição central que possuísse filiais em todas as partes do mundo. Tratava-se pois de uma organização com caráter internacional. Robert Owen empreendeu uma viagem pela Europa continental à procura de aderentes para suas ideias, porém não foi muito feliz, porquanto nessa época inexistia um clima propício para tal. Para tanto, chegou a se avistar com ilustres personagens em alguns países visitados (França, Áustria e Alemanha), dentre os quais podemos destacar o Príncipe Meternich e Alexander von Humbold.

Esta associação propunha-se a fomentar a realização de reformas pacíficas pela criação de novas organizações comunitárias, e particularmente na promoção de um sistema de propriedades comunais que permitisse a formação de novos capitais, sem lesionar o direito de propriedade já existente. No dizer de alguns estudiosos, este organismo internacional é considerado como o mais direto ancestral da atual “Aliança Cooperativa Internacional”, bem como de algumas outras organizações internacionais.

Consequentemente Robert Owen exerceu uma influência muito marcante sobre o cooperativismo, pois contribuiu para a consagração de algumas de suas normas fundamentais, além de ter dado vida a numerosas entidades que, por diversas razões, não foram efêmeras, porém estas devem ser consideradas como precursoras das atuais organizações cooperativas, bem como de ter inspirado a ação de muitos dos realizadores do cooperativismo moderno.

Dentre os mais destacados seguidores de Robert Owen, devem ser lembrados em primeiro lugar os “Pioneiros de Rochdale” que, em 1824, fundaram a não menos famosa “Equitables Pioneers of Rochdale”. Além desses, mais os seguintes: William Thompson, que em 1824 publica a sua obra “Inquiry into the



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Principles of Distribution of Wealth”; John Francis Bray, 1839, com a publicação “Labour’s Wrongs and Labour’s Remedy or the Age of Might and the Age of Right”; Charles Southwell, que em 1840 publica “Socialism made Easy”; John Lowther Murphy, que, em 1840, publicou, na cidade de Birmingham, “Elements of Socialism”; e James Napier Baily, em 1840 em Leeds, com a publicação “Objets, Pleasure and Advantages of the Science of Society”.

Da mesma forma, também vale ressaltar que o valor da comunidade preconizada por Owen sobressaiu-se em New Lanark ainda capitalista, para evoluir em Orbiston, Queenwood e Ralahire. A partir de 1824, os “owenistas” se destacaram em diversas outras localidades da América do Norte, como em Wanborough (Illinois); Blue Spring (Indiana); Kendal (Ohio); Yellow Spring (Ohio); Valley Forge (Pennsylvania) e Neshoba (Tennessee).

Edward T. Graig (1804-1894) - Discípulo de Robert Owen, seu nome se vincula especialmente quando em 1830 é organizada a Colônia Integral de Ralahine, situada no Condado de Clare, na Irlanda. Para a sua efetivação Graig contou com o apoio de Vandeleur, rico proprietário da localidade e que também era partidário das idéias Owenistas. Nessa colônia, os trabalhadores associados pagavam uma taxa de arrendamento ao proprietário do terreno e um interesse pelo capital alheio posto à disposição da comunidade. O trabalho era realizado em comum, e os salários eram os correntes na comunidade, porém não se pagava em espécie e sim por “bônus” que podiam ser trocados por artigos nas lojas da colônia.

Uma vez resgatado (pago) o valor do terreno e dos bens recebidos, projetava-se substituir o salário pela participação nos benefícios comuns. Esta experiência experimentou notável êxito e trouxe prosperidade para uma zona açoitada anteriormente pela pobreza e criminalidade, porém fatores adversos e alheios à organização obrigaram-na a dissolver-se em 1833, motivada principalmente porque Vandeleur perdia toda sua fortuna no jogo, tendo então de ser vendida a propriedade e dissolvida a comunidade.

William Thompson (1785-1833), de origem irlandesa, expôs em 1824 suas ideias em livros intitulados “Estudo sobre os Princípios de Distribuição da Riqueza mais apropriada à Felicidade Humana”, e um outro em 1827 intitulado “Recomendações sobre a concordância entre o capital e o trabalho”, por fim em 1830 lança a sua terceira obra e que tinha por título “Indicações Práticas para o Rápido e Econômico Estabelecimento de Comunidades”.

Este precursor chegou muito cedo a interessantes conclusões sobre temas econômicos e sociais, bem como sofreu influência de Robert Owen e de Jermey Bentham, Como estes não aconselhavam a expropriação das riquezas existentes, salvo a organização de novas formas de empresas, nas quais os homens poderiam trabalhar em seu próprio benefício, além de poderem desfrutar integralmente do produto de seu suor.



3.2 Michel Derrion (1802-1850)

Discípulo de Saint-Simon, de Charles Fourier e de William King, proclamou a força do consumidor como única alternativa de os trabalhadores empreenderem reformas significativas. Em 1835, secundado por Joseph Reynier, fundou em Lyon (França) uma organização de abastecimento conhecida por “Lê Commerce Véridique et Social”, inspirada nas normas de seu Mestre Charles Fourier, ancestral das Cooperativas de Consumo na França. Nestas, as mercadorias eram vendidas a preço fixo e à vista, além de exercer uma constante atenção quanto à qualidade dos produtos. Os benefícios proporcionados pela empresa eram divididos em quatro partes, a saber:

- Entre os consumidores, proporcionalmente ao volume de compras realizadas pelos mesmos;
- Entre os aportadores de capital;
- Entre as obras de bem comum; e
- Entre os empregados e trabalhadores do empreendimento.

Derrion aplicou, pois, o Princípio Cooperativo da distribuição dos excedentes aos associados na proporção de suas operações. Longe de fixar um interesse limitado ao capital, preferiu sustentar como Fourier a tese da retribuição do capital mediante uma proporção dos benefícios da empresa. Também era partidário do sistema da porta aberta (Princípio da Adesão Livre), princípio que até hoje é adotado, além do da participação dos associados consumidores na direção e controle da entidade comum. Este também é hoje um dos Princípios adotados e conhecidos por Gestão Democrática.

O empreendimento idealizado por Michel Derrion chegou a contar com várias sucursais, porém ao cabo do terceiro ano de seu funcionamento foi vítima de ataques dos comerciantes locais, bem como caiu em descrédito junto às autoridades que em 1838 declararam seu negócio ilícito e de finalidades obscuras, ordenando sumariamente seu fechamento.

Logo após ter cerrado suas atividades em Lyon, Michel Derrion tentou uma expedição com cerca de duzentas (200) famílias, que tinham por objetivo fundar uma colônia fourierista no Brasil, porém fracassou além de ter perdido a vida e a sua fortuna.

4. Conclusão

A proposta deste artigo foi baseada na ideia de oferecer uma contribuição à história do cooperativismo e sua construção teórica ao longo do tempo.

No decorrer de sua história, o Movimento Cooperativo tem mudado constantemente; ele mudará continuamente no futuro. Subjacente às mudanças, no entanto, está um respeito fundamental por todos os seres humanos e uma crença em sua capacidade de se desenvolverem econômica e socialmente com a auto-



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

ajuda mútua. E mais: o Movimento Cooperativo acredita que procedimentos democráticos aplicados a atividades econômicas são possíveis, desejáveis e eficientes.

As Cooperativas surgiram, inicialmente, como instituições legais distintas na Europa durante o Século XIX, as quais obtiveram seus primeiros sucessos permanentes durante os difíceis anos de 1840. Sendo que estas cresceram dentro de cinco tradições distintas: as cooperativas de consumo, cujo início tem sido popularmente associado aos Pioneiros de Rochdale; as cooperativas de trabalho, que tiveram sua maior força inicial na França; as cooperativas de crédito, que surgiram em sua maior parte na Alemanha; as cooperativas agrícolas, que tiveram suas raízes na Dinamarca e na Alemanha; e as cooperativas de serviços, como as cooperativas de habitação e saúde, que surgiram em várias partes da Europa industrial no final do século.

Cumulativamente, os Princípios Cooperativos são o sangue que dá vida ao Movimento. Derivados dos valores que têm inspirado o Movimento desde o seu início, eles moldam as estruturas e determinam as atitudes que fornecem as perspectivas distintas do Movimento. São as normas pelas quais cooperativas esforçam-se para desenvolver suas organizações cooperativas. Consequentemente, são elásticos, aplicáveis com diferentes graus de detalhe e diferentes tipos de cooperativas em diferentes situações. Acima de tudo, requerem que as cooperativas tomem decisões. Os Princípios são as qualidades essenciais que tornam os cooperativistas eficazes, as cooperativas distintas e o Movimento Cooperativo valioso.

O Movimento Cooperativo tem, há muito tempo, um compromisso especial e real para com a educação. O Princípio da Educação, Formação e Informação, formulado em 1995, reza que as cooperativas devem proporcionar educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gerentes e empregados para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas.

REFERÊNCIAS

AGUDO, J. Dias. **Cooperação e Cooperadores**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

BARROS, Afonso de. **Doutrina Cooperativa e Princípios Cooperativos**. Oeiras Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980.

DUQUE, J. F.. Principios Cooperativos y experiencia cooperativa. In: **Anuário de Estudios Cooperativos**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1987. p. 89 –118.

GROMOSLAV, Mladenatz. **História das Doutrinas Cooperativas**. Brasília: CONFEBRAS, 2003.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 142

Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

HARROSON, J. F. C.. **Robert Owen and the Oweniste in Britain and América London:** Routledge and Kegan Paul, 1965.

LEITE, João Salazar. **Cooperação e intercooperação** . Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

LUZ FILHO. Fábio. **Cooperativas Escolares**. 5. ed. aum. atual. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1960.

MATEO BLANCO, Joaquín. **Historia de la reforma de los Principios Cooperativos**. In: REVESCO. Madrid: REVESCO, 1985. n. 53.

Recebido em 30/11/2018
Aprovado em 15/01/2019